



Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana

E-ISSN: 1984-6487

mariaglugones@gmail.com

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
Brasil

de Oliveira Garcêz, Regiane Lucas

O corpo como fonte de autoridade na representação política não eleitoral Um estudo sobre a presença de surdos sinalizantes em discussões relacionadas à educação
Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, núm. 25, abril, 2017, pp. 191-211

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293350703010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O corpo como fonte de autoridade na representação política não eleitoral Um estudo sobre a presença de surdos sinalizantes em discussões relacionadas à educação

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

> regianelucasgarcez@gmail.com

Resumo: O trabalho objetiva analisar os processos de representação política não eleitoral que emergem do debate sobre o melhor modelo de escola para pessoas surdas. Investigamos como fontes de autoridade são acionadas por surdos ou pessoas com deficiência, especialmente aquelas relacionadas à presença física (identidades adscritivas) e   autoafirmação das identidades (autoadscrição). As unidades de análise (*claims*) foram extraídas de três arenas: de um grupo de lideranças surdas do *Facebook*, de uma audiência pública do Judiciário e da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conclui-se que o corpo   uma fonte de autoridade tão importante quanto o discurso, que a língua de sinais revela uma dimensão de intraduzibilidade exposta pela presença e que os aspectos culturais das línguas de sinais promovem rupturas nas dinâmicas convencionais de representação.

Palavras-chave: representação não eleitoral; fonte de autoridade; identidade adscritiva; educação de surdos; surdos

The body as a source of authority in non electoral political representation: A study on the presence of signaling deaf people in discussions related to education

Abstract: This paper analyzes processes of non-electoral political representation emerging from the debate about the best school model for deaf people. We investigate how sources of authority are triggered by the deaf or disabled, especially those related to physical presence (ascriptive identities) and self-ascription of identities. The units of analysis (*claims*) were extracted from three sources: a Facebook group of deaf leaders, a public hearing of the Judiciary, and a National Conference on the Rights of Persons with Disabilities. It concludes that the body is a source of authority as important as speech, sign language reveals an untranslatable dimension exposed by presence, and cultural aspects of sign languages promote ruptures in the conventional dynamics of representation.

Key words: non-electoral representation; source of authority; ascriptive identity; education of the deaf; deaf people

El cuerpo como autoridad en la representación política no electoral: Un estudio sobre la presencia de sordos sinalizantes en las discusiones relacionadas con la educación

Resumen: El trabajo tiene como objetivo analizar los procesos de representación política no electoral que se desprenden del debate sobre el mejor modelo de escuela para personas sordas. Ha sido investigado como fuentes de autoridad son impulsados por las personas sordas o con discapacidad, especialmente los relacionados con la presencia física (adscritivas identidades) y la autoafirmación de las identidades (autoadscrição). Las unidades de análisis (*claims*) se extrajeron tres escenarios: un grupo de líderes sordos de Facebook, una audiencia pública del poder judicial y en la Conferencia Nacional de los Derechos de las Personas con Discapacidad. Llegamos a la conclusión de que el cuerpo es una fuente tan importante de la autoridad que el discurso, que el lenguaje de signos revela una dimensión de intraductibilidad expuesta por la presencia y los aspectos culturales de las lenguas de signos promueven roturas en representación din mica convencional.

Palabras clave: representación no electoral; fuente de autoridad; adscriptivo identidad; educación para sordos; sordos

O corpo como fonte de autoridade na representação política não eleitoral

Um estudo sobre a presença de surdos sinalizantes
em discussões relacionadas à educação¹

Estudos recentes sobre representação política têm buscado problematizar as abordagens clássicas que restringem o conceito à conformação institucional dos governos, aos procedimentos eleitorais e à matemática do voto (Urbinati, 2006; Saward, 2010; Avritzer, 2008). Propõe-se uma perspectiva ampliada da representação política capaz de levar em conta a discursividade que permeia os processos de falar e agir em nome de algo ou alguém e que vá além da dinâmica e dos períodos eleitorais. Mesmo uma abordagem mais ampliada como esta ainda não dá conta empiricamente dos elementos extraverbais que aparecem nos processos de representação política. Como compreender o impacto de expressões artísticas, de imagens, mediadas ou não, e da própria presença física, considerando toda a expressividade corporal e estética dos atores políticos?

A proposta deste artigo faz coro com os estudos que propõem um alargamento da noção de representação política, inserindo um novo elemento: a consideração do corpo como fonte de autoridade. Analisamos a atuação de pessoas surdas sinalizantes, um grupo historicamente excluído da vida política para o qual a questão da representação é uma constante. Lanna Júnior e Martins (2010) apontam que as primeiras mobilizações dos movimentos sociais das pessoas com deficiência e surdas,² na década de 1980, já discutiam temas como autonomia, tutela e emancipação. Com o objetivo de desconstruírem a crença na incapacidade de falarem por si mesmas, pessoas surdas e com deficiência têm pautado, desde então, várias outras questões ligadas à representação política, tais como: a tutela exercida pelos pais; o esvaziamento dos processos emancipatórios por meio da superproteção e da exclusão social e política; o direito de falarem por si mesmas e de participarem da formulação de políticas públicas; formas de engajamento, dentre outras.

¹ O artigo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, em 2015, com financiamento da Capes.

² Neste trabalho optamos por nomear como surdas as pessoas com perda auditiva que se comunicam por meio da língua de sinais, ao invés de denominá-las como pessoas com deficiência auditiva. Comungamos nos estudiosos de cultura surda, para os quais a surdez é definidora de uma minoria linguística e cultural (Lang, 2003; Power & Leigh, 2003).

Nesse período, esses movimentos estabeleceram mundialmente o lema “Nada sobre nós, sem nós”, que vem inspirando um conjunto de documentos e tratados internacionais. No preâmbulo da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2009) – documento organizado pela ONU com intensa participação das pessoas surdas e com deficiência e incorporado na Constituição brasileira – destaca-se “que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhe dizem respeito diretamente”.

No caso específico dos surdos que se comunicam por meio da língua de sinais, os sinalizantes, a questão da representação se revela importante também porque suas demandas atravessam várias formas de mediação na esfera pública. Eles precisam de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para se expressarem nos canais políticos formais. Esses profissionais não atuam como representantes ou porta-vozes, mas apenas como mediadores/tradutores. Logo, a representação política das demandas dos surdos sinalizantes passa muitas vezes por um processo de dupla mediação: a dos intérpretes e a dos próprios representantes. Isto traz também um duplo desafio de pensar a legitimidade da representação, conferida discursivamente por meio de uma língua espaço-visual, expressada exclusivamente por mãos, faces e movimentos corporais. O modo de expressão dos surdos sinalizantes coloca na cena pública uma presença corporal muitas vezes desconsiderada. A língua de sinais evidencia traços de um modo de vida cultural que reconfigura a dinâmica da expressão pública. O fato de ser surdo, protagonista de sua própria história, com uma corporalidade política que se apresenta no ato de representar, é um elemento dessa legitimidade.

Ao longo dos séculos a percepção do corpo foi mudando, bem como os ideais de perfeição, normalidade, capacidade e produtividade. As diferentes concepções que se têm da surdez acompanham essas mudanças (Lang, 2003; Power & Leigh, 2003). Ora consideram a surdez como falta, deficiência ou patologia, ora como diferença cultural, a depender da época e do contexto. Na primeira perspectiva, também conhecida como clínica, médica ou audiológica, a surdez é definida nos termos do grau de perda da audição, como e quando ela ocorre. Para esta perspectiva, os diferentes níveis de perda auditiva impactam no desenvolvimento da fala e da linguagem dos surdos e, conseqüentemente, na socialização, no aprendizado e na vida escolar. Já a abordagem culturalista define a surdez como uma condição que subjaz à constituição das identidades e de uma cultura que se utiliza da língua de sinais como modo de comunicação fundante de suas subjetividades. O “Ser Surdo” seria essa condição linguística e cultural dos sujeitos, concepção norteadora dos Estudos Surdos, campo epistemológico baseado nos Estudos Culturais e

no Pós-Estruturalismo (Padden & Humphries, 1988; Ladd, 2003).³ Na primeira abordagem, a diferença física precisa ser “curada”, “consertada”, “escondida”, enquanto na segunda a expressão em língua de sinais e a falta da audição são condições *sine qua non* para a constituição das identidades surdas, cultura surda e de um modo de vida particular (Wilcox & Wilcox, 2005).

Neste texto, comungamos na vertente culturalista nos debruçando exatamente sobre os aspectos corpóreos, identitários e culturais do ato de representar das pessoas surdas, considerados aqui como fontes de autoridade. Em particular, destacamos aquelas fontes de autoridade relacionadas a) à presença física ou a identidades adscritivas (Gutmann, 2003); e b) à autoafirmação das identidades ou à autoadscrição.

Para tanto, examinamos a polêmica acerca do fechamento das escolas especiais e/ou específicas para surdos, em 2011, desencadeada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). A ameaça do fechamento fez com que o movimento social dos surdos estabelecesse um conjunto de ações políticas em diversos contextos e oportunidades, dentre as quais analisamos: a) um grupo de lideranças surdas do Facebook; b) uma audiência pública do Judiciário; c) a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A partir do mapeamento de *claims* (Saward, 2010), realizamos uma análise comparativa dos elementos corporais que compunham os proferimentos nas arenas mencionadas, focalizando as interseções, os padrões e as particularidades da constituição da representação em cada fórum.

O artigo está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção discutiremos a abordagem contemporânea sobre representação política não eleitoral, bem como a noção de corporeidade como fonte de autoridade nos processos de representação. Em seguida, descrevemos nossa metodologia de análise, o *corpus* e uma primeira descrição dos dados. Na última seção discutiremos os resultados da pesquisa. Conclui-se que: a) o corpo é uma fonte de autoridade tão importante quanto o próprio discurso; b) o uso da língua de sinais revela uma dimensão de intraduzibilidade exposta pela presença; c) aspectos culturais das línguas de sinais promovem rupturas nas dinâmicas convencionais de representação.

³ Existe outra perspectiva conhecida como *Disability Studies*, cujo foco atual se inscreve principalmente na rubrica do modelo social. Consideram que ser uma pessoa com deficiência é habitar um certo tipo de mundo social “deficiente”. A deficiência é vista como uma condição social ao invés de um atributo do indivíduo. A exclusão se deve a características de um ambiente, “não é a falta física nela mesma que é a deficiência, mas a sociedade” (Calder, 2011: 108). Burch e Kafer (2010) acreditam que os estudiosos do *Disability Studies* muitas vezes negligenciam a perspectiva culturalista do *Deaf Studies*. Isto ocorre principalmente nas discussões sobre a consideração dos surdos como minoria linguística.

Representação política não eleitoral: o corpo como fonte de autoridade

A literatura recente sobre representação política não eleitoral – ou discursiva – vem contribuindo para a compreensão dos movimentos sociais como um fen  meno discursivo e processual que se conforma por meio de sujeitos e/ou grupos que *falam* ou *agem em nome* de outras pessoas, valores ou perspectivas sem serem diretamente escolhidos pelo voto. É o que Lisa Dish (2016) chamou de *virada construtivista na democracia representativa*. Tal perspectiva tem sido chamada por alguns autores de representação discursiva (Dryzek & Niemeyer, 2008), representação por afinidade (Avritzer, 2008), representação virtual (Lavalle et al., 2006), representação não eleitoral (Urbinati, 2006), representação de perspectivas (Young, 2000) ou demandas de representação – *representative claim* (Saward, 2009, 2010). Em todas a representação pode acontecer fora dos momentos eleitorais (mas não necessariamente desvinculada da representação eleitoral); referir-se não apenas a pessoas, mas a perspectivas ou a valores; e dispensar procedimentos formais e institucionais de eleição e prestação de contas.

Considerar a representação desde esta perspectiva descortina possibilidades para analisar as relações de poder a partir de uma natureza móvel, possibilidades estas capazes de conduzir a uma elaboração permanente dos horizontes políticos possíveis. A representação política não eleitoral tem o potencial de levar os cidadãos a projetar seus horizontes para além das questões imediatas, refletindo sobre perspectivas futuras e conflitos no processo de elaboração das políticas nacionais e de suas possíveis soluções.

Para os sujeitos em desvantagem, a representação política não eleitoral pode ser importante, pois funciona como intermediária entre sujeitos em desvantagem, a sociedade civil, a esfera pública e os   mbitos governamentais (Saward, 2010; Urbinati & Warren, 2008; Urbinati, 2006; Maia, 2012). Demandas outrora invisibilizadas podem ter a oportunidade de ganhar expressão e ainda conectar formas plurais de associação dentro da sociedade civil (Urbinati & Warren, 2008). As demandas de representação carregam consigo a capacidade de “operar pelas bordas” (Saward, 2010), dando visibilidade a questões de injustiça e opressão.

Em nosso estudo, optamos por adotar a concepção de representação utilizada por Saward (2009, 2010), cuja centralidade conferida ao processo de representar é capaz de comportar outros elementos além das expressões verbais, tais como símbolos, imagens e a dimensão da corporalidade. O foco não é compreender o que a representação é ou o seu resultado, mas investigar como ela acontece, considerando suas múltiplas dimens   es. “A representação é um contínuo processo de fazer e receber, de aceitar e rejeitar demandas – entre e fora dos períodos eleitorais” (Saward, 2010: 36). É sempre um processo parcial, incompleto e aberto a revis   es.

Analisar a representação processualmente é compreendê-la como um movimento dinâmico e multifacetado, difuso e criativo, que considera as múltiplas dimensões da representação, como os fatores sociais e culturais. Não se trata apenas de considerar a noção de representação como *atividade*, como faz Hannah Pitkin (1967) – referência para grande parte dos estudos de representação dos últimos anos. Ao valorizar a atuação do representante, Pitkin deixa de lado os elementos simbólicos e culturais intrínsecos ao processo de representar. Aspectos substantivos e simbólicos dificilmente podem ser separados, segundo Saward (2010: 10).

A perspectiva processual implica observar também a nebulosidade das preferências dos representados e, ao mesmo tempo, como elas são capazes de influenciar a representação. Permite uma análise nuançada e fluida que considere os contextos culturais e políticos, os elementos simbólicos, a característica lacunar e ambígua, além de estar atenta à criatividade e à imprevisibilidade próprias da atividade de representar.

Boa parte da literatura que trata dessa ampliação do conceito da representação não eleitoral, ainda que considere sua processualidade, se concentra predominantemente nas discussões teóricas. Nos poucos estudos empíricos, as análises são relacionadas ainda a espaços formais, como parlamentos ou cortes (Hirschmann, 2015; Dryzek & Niemayer, 2008). Algumas exceções são os estudos de Almeida e Cunha, no Brasil, sobre conselhos setoriais (2016) e de Johansson e Lee (2012) sobre organizações da sociedade civil europeia. Dentre aqueles que se dispõem a discutir empiricamente a dinâmica da representação não eleitoral, a maior parte acaba por analisar apenas discursos verbais, considerando pouco, ou quase nada, os outros elementos que compõem a dinâmica da representação.

Consideramos a corporeidade como elemento importante, primeiro, porque o ato de representar possui uma inevitável dimensão da performance, que no caso dos surdos é, na sua completude, imagética e física. Segundo, porque a representação política é composta de códigos culturais que definem limites e parâmetros daquilo que deve ou não ser plausível. Indica que recursos culturais devem ser utilizados de forma estratégica na expressão de demandas. Esses códigos, quando relacionados a uma língua de sinais espaço-visual, impactam de forma diferente na audiência, que pode ou não compartilhar de determinados sentidos, sendo receptivos ou resistentes a certos estilos de representação. É o que Anne Phillips (1995) chamou de *política da presença* associada a uma política das ideias. A apresentação de propostas vem acompanhada de um corpo que expressa e que, na sua presença evidente, influencia a dinâmica da representação.

Ainda que Saward considere a relevância de símbolos, imagens e expressões culturais como elementos da representação, elas não aparecem como algo que influencia necessariamente a legitimidade dos *claims*. Ao defender a legitimidade

dissociada dos mecanismos eleitorais, Saward (2009: 10-15) propõe um mapa de identificação de diversas fontes de autoridade acionadas nos processos de representação, dividido em três conjuntos: tradições enraizadas; experiência ou conhecimento de especialista ou credenciais especiais; e amplo interesse e novas vozes.⁴ Em nenhuma delas a característica física foi diretamente considerada.

Percebemos em nosso estudo que havia um impacto relevante da presença dos surdos no ato de representar e que, portanto ela precisaria ser considerada também como fonte de autoridade em duas categorias: identidade adscritiva e autoadscrição. Segundo Amy Gutmann (2003: 117), a identidade adscritiva se refere a características comuns a pessoas de um grupo que vão além de suas escolhas, tais como as características físicas, deficiência ou surdez. Fazem parte de uma imagem e de uma presença que não precisa ser anunciada, pois já vem expressa nos corpos e no modo de comunicar. A característica física   involuntária, mas a formação de uma identidade coletiva parte dos próprios concernidos e pode combater rótulos ou injustiças. No caso dos surdos, a identidade adscritiva não está apenas na ausência de audição, mas na identificação das mãos e dos corpos que se comunicam e que se orgulham de fazer parte desse grupo.

Observamos também que em muitos casos, ao tomarem a palavra, as pessoas surdas reafirmavam o fato de serem surdas ao se identificarem, por compreenderem a relevância da autoafirmação da identidade publicamente e quão mais legítima poderia ser a fala do próprio afetado. A isso denominamos de *autoadscrição*.

De modo geral, identificamos dentre as características dessa identidade adscritiva, primeiro, o uso da língua de sinais e suas particularidades, como a intensa expressividade facial e corporal e a iconicidade próprias da gramática da língua (Quadros & Karnopp, 2004). Em segundo lugar, identificamos um conjunto de características da cultura surda baseadas fundamentalmente na experiência visual, como a identificação de cada surdo por meio de um sinal de "batismo", a intensa descritividade ao contar casos ou defender pontos de vista, os sons emitidos durante a sinalização, além de outros artefatos culturais (Strobel, 2008).

⁴ Essas fontes de autoridade foram subdivididas da seguinte forma. As tradições enraizadas dizem respeito: a)   moralidade de um grupo, baseadas em tradições ou grupos identitários, ou b) a um consenso hipotético de um grupo. A categoria amplo interesse e novas vozes trata de: a) perspectivas não ouvidas; b) demanda com amplo apoio popular; c) espelhamento ou semelhança entre representante e representados; d) *stakeholdings* que representam al gu m interessado diretamente no assunto; e) leis e normas extraterritoriais; f) autorrepresentação. Por fim, Saward (2009) indica como fonte de autoridade a experiência, ou o conhecimento de um especialista, ou credenciais especiais.

Metodologia e descrição do *corpus*

Para identificarmos as identidades adscritivas e a autoadscrição como fontes de autoridade nos processos de representação política não eleitoral, primeiro, fizemos um levantamento dos *representative claims*, demandas de representar ou demandas de quem sabe que representa o interesse de alguém ou de alguma coisa (Saward, 2010: 42). A representação é entendida como uma *pretensão* de representar, uma pressuposição de representatividade acionada de maneira performática, dinâmica e ininterrupta.

Identificamos 128 proferimentos, dentre os quais foram analisados 47, considerando apenas lideranças surdas presentes em três arenas, sendo oito delas no Facebook, quatro na audiência e quatro na conferência. Como todo o material é público, com vídeos disponíveis na internet, nomeamos essas lideranças pelos próprios nomes na apresentação dos achados na medida em que fomos ilustrando a discussão. Os *claims* foram extraídos de três principais espaços de discussão sobre o fechamento das escolas de surdos, definidos previamente. O recorte temporal está relacionado ao período de maior tensão sobre o assunto: o anúncio público, em março de 2011, da possibilidade de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos, escola centenária localizada no Rio de Janeiro. O fato provocou grande impacto na cena pública e momentos de intensa mobilização do Movimento Surdo. Abaixo caracterizamos as três arenas envolvidas nesse estudo.⁵ Em cada uma delas foi realizada também observação participante.

*Audiência pública da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão:*⁶ foi realizada no dia 01 de dezembro de 2011, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília, com o tema “Educação Inclusiva: Plano Nacional de Educação e Escolas Especiais”. Contou com cerca de 100 pessoas, entre promotores e procuradores

⁵ A audiência durou sete horas e gerou uma transcrição de 124 páginas. A conferência usou a tecnologia da estenotipia (legendas em tempo real, projetadas em um telão) que gerou arquivos digitais de texto, cedido pelo Conade. A seleção do *corpus* foi realizada a partir da leitura das transcrições num total de 631 páginas. Já no Facebook foram encontradas 2.052 postagens em 2011, desconsiderando comentários, sendo elas em Libras e/ou em língua portuguesa. Mantivemos apenas os vídeos, chegando a 589 postagens. Em seguida, excluímos postagens sobre questões operacionais de mobilização e as não ligadas à temática do movimento. Elegemos cinco lideranças nacionais principais e quatro estaduais e selecionamos as suas postagens com engajamento (curtidas e comentários) acima de 50, chegando a 28 postagens. Focamos nos conteúdos que expressavam o posicionamento político do movimento. Optou-se por assistir os vídeos na própria língua de sinais, sem transcrição.

⁶ Disponível em: <http://audienciapublicaeducacaoinclusiva.blogspot.com.br/>. [Acesso em 08.08.2014].

de várias estados e ativistas do Movimento Surdo e do movimento inclusivista. Teve como objetivo a obtenção de conhecimentos multidisciplinares e dados sobre a educação das pessoas com deficiência para aprimorar a atuação do Ministério Público Federal. Foi desencadeada por uma carta-denúncia do Movimento Surdo sobre o desrespeito linguístico promovido pelas políticas de inclusão do governo. Foram extraídos 36 e analisados 10 *claims*, proferidos por quatro lideranças, a maior parte de 20 a 30 minutos.

Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Realizada entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 em Brasília, a conferência teve o objetivo de produzir propostas que pudessem embasar as políticas públicas para pessoas com deficiência nos níveis municipal, estadual e nacional.⁷ O evento foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).⁸ Participaram cerca de 2 mil pessoas, entre as quais 886 eram delegados, 49 deles surdos. O *corpus* consistiu nos proferimentos expressos na abertura, GT de Educação, plenária final e encerramento com temas que tratavam exclusivamente da educação de surdos. Foram extraídos 62 proferimentos com tempo de um a seis minutos e analisados 10 deles, proferidos por quatro lideranças surdas.

Facebook:⁹ O grupo foi criado em abril de 2011 com o objetivo de organizar a manifestação que ocorreu em Brasília em maio daquele ano. É composto pelas lideranças do Movimento Surdo e conta com 184 membros. Depois da manifestação, continuou funcionando como fórum de articulação em ações de mobilização. Analisamos 27 vídeos exclusivamente em Libras publicados em 2011 por oito lideranças surdas, com tempo de um a quatro minutos. Todos foram analisados.

Para realizar a análise adotamos uma perspectiva sist mica (Maia, 2012; Almeida & Cunha, 2016; Saward, 2010: 163) no sentido de apreender a representação como processo e não como resultado, tentando identificar uma dinâmica ininterrupta, com temporalidades e espaços não restritos ao modelo eleitoral. Examinamos como a discursividade se conecta a três arenas distintas, com formas peculiares de comunicação, diferentes *designs* e constrangimentos próprios e, ainda, com distintas funções.

⁷ As propostas aprovadas foram incluídas em um documento encaminhado para vários ministérios, na perspectiva de estabelecerem políticas transversais relacionadas à pessoa com deficiência.

⁸ órgão da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

⁹ <https://www.Facebook.com/groups/movimentosurdosescolabilingue/> [Acesso em 21.09.2014].

Descrição dos dados

Codificamos os 47 proferimentos no *software NVivo* a partir das seguintes fontes de autoridade, considerando os estudos de Saward (2009, 2010): história pessoal, história do povo surdo (tradição), identidade adscritiva, autoadscrição, credencial, *expertise* científica, *expertise* profissional, *expertise* legal, amplo interesse, ações desenvolvidas/ resultados.

No quadro abaixo, observa-se que, no geral, os conhecimentos legais sobre o tema da educação de surdos/educação inclusiva foram bastante acionados, num total de 58 fontes. Em seguida, os *claims* que se baseavam no amplo interesse foram convocados 54 vezes, seguidos dos conhecimentos científicos, 40 vezes. Na sequência, 34 ações desenvolvidas, 30 histórias pessoais, 28 credenciais, 26 autoadscrições, 21 experiências profissionais e 19 histórias do povo surdo.

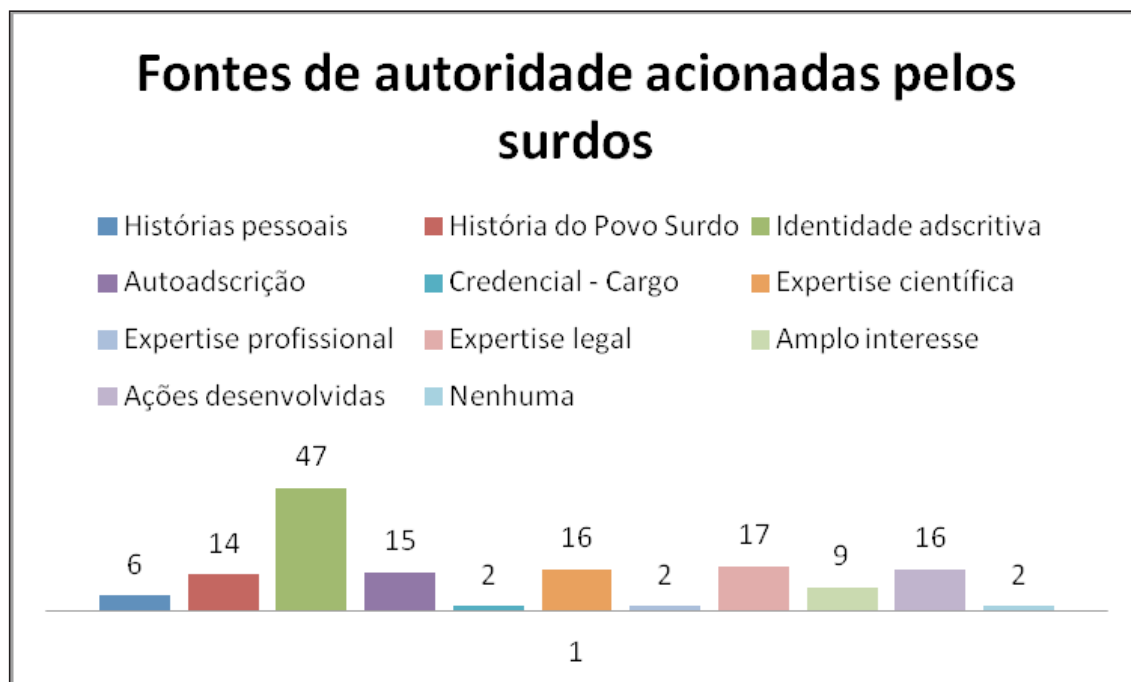


Figura 1: Total de fontes de autoridade acionadas pelos surdos

As fontes de autoridade mudam também, se analisarmos arena por arena, conforme apresentado abaixo:

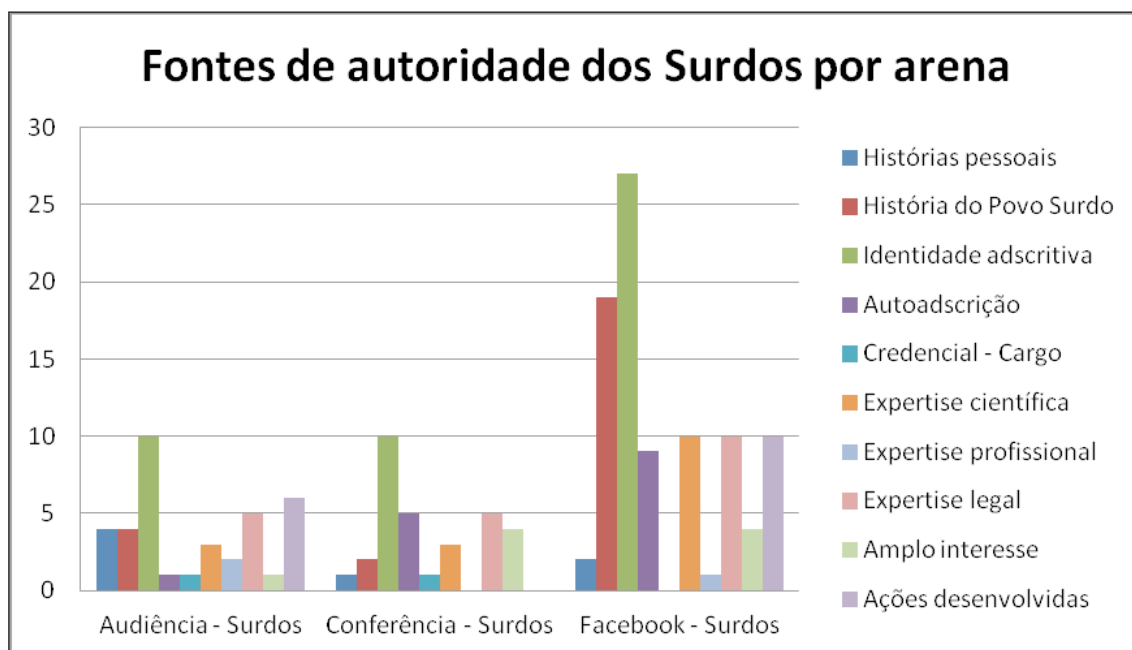


Figura 2: Fontes de autoridade acionadas por arena

Todos os proferimentos de surdos foram codificados como *identidade adscritiva*, num total de 47, considerando que a presença do surdo em cena sinalizando já era uma fonte de autoridade. Analisamos apenas os proferimentos dos surdos e observamos de que forma a sua condição de surdez era acionada durante os proferimentos, seja no uso da língua de sinais, seja na reafirmação da sua condição, ou na explicitação de elementos próprios da cultura surda.

Além da própria presença, muitos surdos se autodefiniam enquanto tal, o que chamamos de autoadscrição (identificada em 15 proferimentos). Ao reforçarem as suas identidades, eles anunciavam e reforçavam a sua presença e buscavam a legitimidade de suas demandas a partir dessa reafirmação. A identificação da autoadscrição era feita quando o proferimento anunciava a condição de deficiência da pessoa, tal como no exemplo: “Eu sou José Carlos. Sou surdocego, tenho visão reduzida. Sou surdo profundo e tenho 10% de visão” (delegado surdo – Conferência). Ou ainda, “como eu vejo muita gente se pontuar enquanto pessoa com deficiência, eu também sou” (Joiram Medeiros – gestor do MEC – Audiência da PFDC).

Resultados

Organizamos nossos resultados da seguinte forma. Primeiro, descrevemos os elementos da identidade adscritiva das pessoas surdas: a) o uso da língua de sinais, com sua intensa expressividade facial e corporal e iconicidade da língua; b)

características da cultura surda, como o sinal de batismo, descritividade da língua e sons emitidos durante a sinalização. Em seguida, comparamos o uso das duas fontes de autoridade em cada uma das arenas, traçando paralelos e evidenciando a relevância de se considerar a expressão corporal como elemento da representação política não eleitoral.

Uma das características das línguas de sinais é a intensidade da expressividade física. Um dos parâmetros linguísticos da gramática de Libras¹⁰ é *expressão facial e corporal* (Quadros & Karnopp, 2004). Essas expressões são utilizadas não apenas para demonstrar emoções como alegria, tristeza ou decepção, mas também para caracterizar tipos de frases como interrogativas, afirmativas, negativas ou exclamativas; ou ainda, como advérbios de intensidade, tempo, dentre outros. A intensidade colocada nas expressões físicas em língua de sinais não é tão comum na comunicação oral das pessoas ouvintes.

A ênfase dada em sinais é percebida visualmente. Isto faz com que as expressões carreguem intensidades muitas vezes estranhas aos olhos de quem não está habituado com a língua de sinais. Interrogações, afirmações ou negações são apresentadas pela expressão facial de uma forma bastante impactante para aqueles que não estão acostumados à comunicação em Libras. Um bom exemplo é a palestra da surda Patrícia Rezende, bastante enfática em tom de acusação diante do MEC em função do fechamento das escolas. Outra característica gramatical da língua de sinais é a sua iconicidade (Quadros & Karnopp, 2004). Determinados sinais estão ligados à forma de objetos ou à ação, o que gera também impacto em quem assiste.

A língua de sinais é considerada um artefato cultural do povo surdo (Strobel, 2008). Além dela, outro artefato que identificamos ao analisar os elementos da identidade adscritiva advém da experiência visual. Todos os surdos, ao se apresentarem, nos 47 proferimentos, anunciam o seu sinal. O sinal é como um nome na comunidade surda e está ligado geralmente à característica física da pessoa ou a um momento da sua experiência. Todos que ingressam na comunidade recebem um sinal. Por exemplo, o sinal da líder Mariana Hora aponta para uma pinta no canto superior da boca e acrescenta o sinal de H, de Hora. O sinal do surdo Nelson Pimenta é 66,¹¹ pois quando ele estudava no INES os surdos eram identificados

¹⁰ Os parâmetros linguísticos da Língua Brasileira de Sinais são cinco: configuração de mão, movimento, direção, locação onde o sinal é feito no corpo, e expressão facial e corporal. Uma unidade linguística em Libras, para ser compreendida, obedece a estes cinco parâmetros (Quadros & Karnopp, 2004).

¹¹ O surdo Nelson Pimenta, uma das lideranças do movimento, postou um vídeo contundente no YouTube, mostrando indignação quanto ao fechamento do INES. Disponível em: <www.

pelo número de chamada. Em geral, as apresentações pelo sinal e pelo nome eram feitas na audiência e na conferência, onde o interlocutor geralmente é desconhecido. Essa forma de se apresentar envolve não apenas a característica física, mas um conjunto de práticas culturais próprias dos surdos.

Outra característica que podemos considerar como componente cultural é a descritividade. Os surdos, quando vão relatar experiências ou defender pontos de vista, costumam ser bastante detalhistas, como no caso do vídeo em que o surdo Rafael Ferraz descreve a sua participação no evento “PNE pra valer”. Da mesma forma, o “barulho surdo”, que é o modo, na maioria das vezes, de se expressar inconsciente, fazendo barulho com as mãos ou com a boca, também é um desses elementos culturais. E ainda identificamos o áudio da *webcam* ligado enquanto as lideranças gravam seus vídeos, deixando vazar o som ambiente, já que por não ouvirem costumam deixar o áudio aberto.

Estas e outras características do *Ser Surdo* vêm carregadas de significados que os definem enquanto minoria linguística e cultural, com uma condição física de não ouvir que lhes possibilita vivenciar e transmitir essa cultura de um modo único. A percepção visual demonstra uma conjuntura da experiência que aciona uma fonte de autoridade de quem experimenta a condição de ser surdo. Este traço cultural dos surdos, expresso pela presença, pode ser considerado fonte de autoridade justamente porque apenas quem domina a língua espaço-visual compartilha daqueles códigos e acessa a experiência dos surdos na sua própria língua. Ainda que as participações em Libras sejam traduzidas para a língua portuguesa tanto no ambiente da audiência quanto no da conferência, a experiência visual é distinta.

Num segundo momento da nossa análise, ao compararmos as duas fontes de autoridade na arena da audiência, esperávamos que os impactos dessa *política da presença* não fossem tão evidentes, porque o ambiente do Judiciário traz constrangimentos intrínsecos aos seus mecanismos de participação e representação. Não é um espaço que permita discursos inflamados e uma expressividade corporal tão intensa. Entretanto, cada vez que um surdo fazia uma participação um pouco mais contundente, parecia haver uma desestabilização da ordem formal de uma audiência pública realizada no âmbito do Judiciário. Um proferimento enfático da diretora de políticas educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Patrícia Rezende, foi considerado por muitos como exagerado exatamente por convocar uma expressividade corporal bastante acentuada. Após apresentar os dados de uma pesquisa realizada por 10 anos com mais de 8 mil surdos brasileiros, que comprovam que a escola bilíngue é melhor para os surdos, a diretora coloca:

[youtube.com/watch?v=Bs4wZYYgcSQ](https://www.youtube.com/watch?v=Bs4wZYYgcSQ)>. [Acesso em 30.07.2015].

Nós fizemos um movimento, trouxemos 4 mil pessoas a Brasília, estamos espalhados por todo o país, temos um subsídio de pesquisas científicas. Porque desprezar então todos esses dados, as pesquisas e as leis em nome desse modelo inclusivo? Isso é muito sério. Nós pedimos atenção aos procuradores e procuradoras a esse assunto. Nós sentimos que os surdos têm sido literalmente discriminados com essa atual política.

O mesmo aconteceu em alguns proferimentos da Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência, ainda que fosse um espaço com menos constrangimentos formais. Por se tratar de uma arena em que as outras pessoas com deficiência se identificavam com os surdos, a presença surda e o corpo surdo, embora causassem certo desconforto para quem não estava habituado à sinalização, arregimentaram importantes adesões. Foram pronunciamentos que causaram forte reação nos demais delegados, expressa por meio de palmas. Nota-se uma forte adesão das demais pessoas com deficiência às demandas de representação exercidas pelos próprios surdos. Fazem coro ao lema “Nada sobre nós, sem nós”, estabelecido pelo movimento das pessoas com deficiência mundialmente. Afinal, na arena da conferência a identidade adscritiva possuía um forte componente de legitimidade, pois reunia muitas pessoas com deficiência, várias condições físicas e corporais tidas como fora dos padrões. A identidade adscritiva era utilizada também de forma estratégica como fonte de autoridade. Muitas vezes pessoas sem deficiência dividiam suas falas e suas defesas com pessoas com deficiência na busca pela legitimidade de fala.

Já no Facebook, as identidades se revelavam nos corpos e no uso da língua de sinais, e era um forte elemento de autoridade entre os surdos. Em um dos vídeos, o surdo Rafael Ferraz questiona o pouco uso de Libras no grupo, o que causa desinteresse e desmobilização de muitos líderes que poderiam contribuir efetivamente para a luta.

De repente eu me vi desmotivado e pouco engajado no grupo do movimento. Eu olho para o tanto de postagens em português e apenas um vídeo ou outro. Qual é o objetivo do grupo do Facebook? No grupo de e-mails existe muita interação e muita troca de informação. Não estou gostando disso. É como se todos falassem à minha volta e para o surdo sobrasse apenas um resumo do assunto. Resumo aqui no grupo do Facebook? Na empresa onde eu trabalho de segunda a sexta já sou bombardeado pela língua portuguesa o tempo todo. O vídeo seria uma oportunidade de interação e aqui não encontro. É muito ruim. Isso mostra a superioridade da língua portuguesa. [...] me desculpem, mas isso é desmotivador (Rafael Ferraz – grupo do Facebook, tradução nossa).

Não apenas o uso da língua de sinais era fator de legitimidade, mas também o questionamento do protagonismo dos surdos em face da participação dos ouvintes

na militância. Em outro vídeo, Mariana Hora responde a um questionamento feito sobre a predominância de ouvintes na elaboração das ementas ao PNE.

Sim, os ouvintes estão participando muito no grupo de e-mails com a elaboração das emendas do PNE, mas quem propõe as alterações são os surdos. Não há poder dos ouvintes sobre os surdos. Não se preocupem. E são ouvintes de confiança. Concordo que as propostas precisam sinalizadas, mas tem um problema de tempo, de quem vai fazer as traduções. As propostas são muitas e longas (Mariana Hora – Facebook).

Nesse sentido, há um reforço identitário que vem por meio do uso de Libras, como no primeiro vídeo, e no *Ser Surdo*, como no segundo vídeo. O valor da língua e a defesa da cultura surda esbarram, no primeiro caso, em uma questão prática ligada ao fato de que o mundo funciona em torno da língua portuguesa. A legitimidade da representação, de quem fala em nome dos surdos, passa pela habilidade também de se comunicar em Libras, seja o representante surdo ou o ouvinte. A fonte de autoridade está não apenas no fato de serem surdos, mas de usarem a língua de sinais como principal meio de comunicação.

Ao esbarrarem em uma questão prática de tradução dos documentos, identifica-se que as arenas políticas formais e informais funcionam a partir de uma lógica da oralidade guiada pela língua dominante, a língua portuguesa.¹² Para filtrar as 3 mil emendas do PNE e para sugerir nova redação aos deputados, o Movimento Surdo precisou do apoio daqueles que dominavam a língua portuguesa. É uma forma de subordinação   língua dominante de maneira estratégica para fazerem valer as lutas. Tal concessão não está isenta de conflitos e esbarra nas questões práticas de tradução dos documentos.

O próprio funcionamento da arena da conferência, por exemplo, gira em torno da reprodução desse *habitus*. Grande parte do tempo concedido   discussão das propostas é destinado à redação, com argumentos ligados a questões textuais. O funcionamento da conferência reproduz esse valor da língua portuguesa e d  pouca ou nenhuma atenção a outras formas de expressão. Ainda que as identidades e que a presença sejam uma fonte de autoridade, não são suficientes para garantir a participação, que está toda pautada na dinâmica redacional. O debate acaba por se resumir, muitas vezes, ao texto, desconsiderando a substância das propostas.

Em suma, se compararmos as arenas, observaremos que a discursividade, que realoca e ressignifica a representação, faz com que as fontes de autoridade aciona-

¹² A reprodução da autoridade de uma língua está exatamente nos documentos oficiais e na atuação dos gramáticos e professores. O *habitus linguístico* reforça o valor de determinadas línguas em detrimento de outras, reproduzindo a desigualdade (Bourdieu, 2006).

das sejam distintas de acordo com a arena, especialmente no que tange à identidade adscritiva (Gutmann, 2003) como fonte de autoridade. Além disso, acreditamos que no caso dos surdos há uma dimensão de intraduzibilidade da Língua de Sinais e do *Ser Surdo* que se revela nessa presença. Não há tradução ou interpretação que consiga exprimir em voz o que as expressividades facial e corporal exprimem. A singularidade do fenômeno está na presença, somada à identidade explícita nos corpos surdos e à dimensão intraduzível da língua de sinais. É verdade que em toda língua há certa intraduzibilidade. O destaque aqui é que, no caso da língua de sinais, a sua intraduzibilidade está no corpo, na presença insubstituível.

Existe ainda uma diferença no tempo das línguas orais e no tempo das línguas espaço-visuais. Os processos de interpretação, ainda que simultâneos, têm um pequeno atraso em relação às falas (Quadros, 1998), o que impacta de diferentes formas a atividade de representar.

Por fim, a presença dos surdos e das pessoas com deficiência requer novos parâmetros de inclusividade que deem conta dessa pluralidade dos corpos que se colocam na cena pública de maneira a lutar pelo direito a modos de vida distintos e a formas de participação que levem isso em conta.

Considerações finais

O presente estudo buscou explorar a dimensão corporal da representação política não eleitoral a partir da análise de proferimentos de pessoas surdas. A premissa é de que a dimensão da experiência individual e coletiva e a apresentação da dimensão vivida não se justificam apenas por meio de pronunciamentos orais ou verbais, no caso dos surdos. A presença é acionada como fonte de autoridade, ainda que de forma não intencional. A presença física diz por si mesma quem são e quais conjuntos de experiências de sofrimento ou discriminação vivenciaram em comum historicamente. O “estar presente”, na pesquisa em questão, carrega uma fonte de autoridade inerente à pessoa que acaba por causar comoção e adesão de outros afetados, mesmo que estes não estejam envolvidos diretamente com a temática.

É claro que o fato de ser surdo ou pessoa com deficiência não é suficiente para configurar a legitimidade da representação, como pode ser evidenciado na arena da audiência pública. Entretanto, são elementos inevitavelmente considerados nessa dinâmica, mais bem compreendida quando conjugada com a pluralidade de pontos de vista sobre o assunto.

Assim, concluímos neste estudo que: a) o corpo é uma fonte de autoridade tão importante quanto o próprio discurso; b) o uso da língua de sinais revela uma dimensão de intraduzibilidade exposta pela presença; c) aspectos culturais das lín-

guas de sinais promovem rupturas nas dinâmicas convencionais de representação.

Em primeiro lugar, não se trata de defender que apenas os surdos devem representar posicionamentos sobre a educação de surdos, mas, sem d vida, a sua presença física na expressão de seus pontos de vista faz grande diferença. A *política da presença* deve ser considerada associada a uma *política das ideias* (Phillips, 1995) no sentido de observar os elementos físicos, est ticos e corporais que compõem a dinâmica da representação. Esses aspectos, no caso dos surdos, apresentam na cena política uma variável importante que diz de uma cultura própria das pessoas surdas sinalizantes. Suas práticas culturais e linguísticas – conforme apresentado acima na descrição da expressividade física e corporal, descritividade da língua, uso de sons, sinais ic nicos, apresentação pelo sinal de batismo, dentre outros – impactam o ambiente político no qual são expressas.

Se, por um lado, indicam a legitimidade do protagonismo de quem vive injustiças e situações de opressão, por outro lado, podem ser incompreendidas por causa das regras tácitas de determinados ambientes mais formais, como audiências no Judiciário ou conferências de direitos. Tais práticas culturais e linguísticas podem soar estranhas, ofensivas, pouco legítimas ou de menor valor para quem não compartilha daqueles códigos culturais dos surdos sinalizantes. Para estes surdos, é muito natural o movimento do corpo, o uso do espaço para se movimentar e as “caras e bocas” pouco comuns nesses dois ambientes analisados.

Em segundo lugar, a dimensão de intraduzibilidade da Língua de Sinais e do *Ser Surdo* se revela na presença, pois há elementos corporais e culturais que não podem ser traduzidos oralmente. A identidade explícita nos corpos surdos confere a dimensão intraduzível da língua de sinais em uma presença insubstituível. Essa intraduzibilidade pode ser acentuada pela diferença no tempo das línguas orais e no tempo das línguas espaço-visuais com um pequeno atraso da tradução em relação às falas. Isto traz conotações distintas no impacto da presença surda.

Em terceiro lugar, a representação política não eleitoral das pessoas surdas sinalizantes encontra barreiras de participação advindas de um mundo que foi feito para os ouvintes, o que se torna muito evidente nas discussões sobre as propostas apresentadas na conferência, cujo *design* participativo se baseia na reprodução da autoridade da língua portuguesa, reforçando o que Bourdieu (1996) chamou de *habitus linguístico*. As alterações redacionais são longamente debatidas a cada vírgula, numa dinâmica que os não fluentes na língua portuguesa dificilmente conseguem acompanhar. Não se trata de garantir a acessibilidade aos conteúdos, mas de deslocar a chave linguística de toda uma sociedade de forma a romper uma relação de poder que se dá pela língua.

O fato é que a dimensão do intraduzível faz com que os surdos sejam sempre estrangeiros na sua própria casa. A representação, assim, parece ser o meio pos-

sível, porém incompleto, dessa inclusão no mundo político. A partilha de sentido sempre inacabada carrega uma dimensão intangível expressa pelos corpos sinalizantes. Essa mediação entre culturas realizada pela representação não eleitoral dos surdos é capaz de traduzir num vocabulário público as demandas e os modos de significar o mundo, mas requer compartilhamentos de sentido capazes de incorporar a diferença surda na sua corporalidade.

Envio: 31/01/2017

Aceito para publicação: 23/03/2017

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, D.R. & CUNHA, E.S. 2016. "Brazilian Social Assistance Policy: an empirical test of the Concept of Deliberative Systems". *Critical Policy Studies*. Vol. 10, p. 284-304.
- AVRITZER, L. 2008. "Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização   legitimidade da ação". *Dados*, p. 443-76.
- BOURDIEU, P. 1996. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp.
- BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Legislação Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- BRASIL. Ministério da Educação. 2008. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial.
- BURCH, S. & KAUFER, A. (eds). 2010. *Deaf and Disability Studies: Interdisciplinary Perspectives*. Washington, DC: Gallaudet University Press.
- DISCH, L. 2016. "The 'Constructivist Turn' in Democratic Representation: A Normative Dead-End?". *Constellations*.
- DRYZEK, J.S. & NIEMEYER, S. 2008. "Discursive representation". *American Political Science Review*, p. 481-493.
- GUTMANN, A. 2003. *Identity in democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- HIRSCHMANN, D. 2015. "'Rendering' Ethnicity in the Mauritius National Assembly: Continuities and Codes". *Parliamentary Affairs*. Vol. 68 (4), p. 647-664.
- JOHANSSON, H. & LEE, J. 2012. "Bridging the Gap: How do EU-Based Civil Society Organisations Acquire Their Internal Representation?". *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, p. 1-20.
- LADD, P. 2003. *Understanding deaf culture: in search of deafhood*. Sydney: Multicultural Matters.
- LANG, H.G. 2003. "Perspectives on the history of deaf education". In: Marschark, M. & Spencer, P.E. (eds.). *Oxford handbook of deaf studies, language, and education*. New York: Oxford University Press. p. 9-20.
- LANNA JÚNIOR, M.C.M. (Comp.). 2010. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 443 p.
- LAVALLE, A.G.; HOUTZAGER, P. & CASTELLO, G. 2006. "Democracia, pluralização da representação e sociedade civil". *Revista Lua Nova*, São Paulo. N . 67, p. 49-103.
- MAIA, R.C.M. 2012. "Non-electoral political representation: expanding discursive domains". *Representation*. Vol. 48, p. 429-443.

- PADDEN, C. & HUMPHRIES, T. 1988. *Deaf in America: Voices from a culture*. Cambridge: Harvard University Press.
- PHILLIPS, A. 1995. *The politics of presence*. Oxford: Clarendon Press.
- PITKIN, H. 1967. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.
- QUADROS, R.M. de & KARNOPP, L. 2004. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed.
- QUADROS, R. 1998. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- SAWARD, M. 2010. *The representative claim*. Nova York: Oxford University Press.
- SAWARD, M. 2009. "Authorization and authenticity: representation and the unelected". *The Journal of Political Philosophy*. N° 17 (1), p. 1-22.
- STROBEL, K. 2008. *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- URBINATI, N. 2006. *Representative Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- URBINATI, N. & WARREN, M.E. 2008. "The concept representation in contemporary democratic theory". *The Annual Review Political Science*. N° 11, p. 387-412.
- WILCOX, S. & WILCOX, P.P. 2005. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul.
- YOUNG, I.M. 2000. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.